



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

CÂMARA MUNC. DE BHTÉ 06/DEZ/2016 16:30 000008136

Ofício PBH Ativos/CMBH /313/2016

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2016.

Ref.: *Demonstrações Financeiras – exercício do 1º semestre de 2016.*

Senhor Presidente,

Nos termos da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, encaminhamos, ao digno Presidente para apreciação as Demonstrações Financeiras da PBH Ativos S/A, referentes ao exercício do 1º semestre de 2016 incluindo o Parecer de Auditoria, elaborado pelos Auditores Independentes.

Colocando-me ao dispor, caso necessários maiores esclarecimentos junto à Câmara Municipal de Belo Horizonte, conforme previsto no Art. 10, da citada Lei 10.003.

Atenciosamente,


Júlio Onofre Mendes de Oliveira
Diretor Presidente
PBH ATIVOS S.A

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador Wellington Magalhães
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMBH

PBH ATIVOS S.A.

**Relatório de revisão dos auditores
independentes**

**Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016**

PBH ATIVOS S.A.

**Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016**

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PBH ATIVOS S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial intermediário da **PBH Ativos S.A.** ("Companhia"), em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que uma auditoria conduzida de acordo com normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de demonstrações intermediárias.

Outros assuntos

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e a demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, foram examinados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e de revisão datados de 14 de abril de 2016 e 14 de agosto de 2015, sem modificação.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2016.

IBDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0

Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - MG

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3

Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2016	31/12/2015		Nota explicativa	30/06/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.996	61.624	Empréstimos e Financiamentos	10	916	863
Créditos a receber	5	134.662	141.856	Debêntures	11	111.372	105.030
Impostos a recuperar	6	6.072	4.626	Fornecedores	-	98	32
Outros Ativos	-	6	12	Impostos e Obrigações a recolher	12	45	58
		191.736	208.118	Salários, Remunerações e encargos sociais	13	123	128
				Provisões Trabalhistas	14	238	164
				Outros Passivos	-	18	223
						112.810	106.498
Não circulante				Não circulante			
Créditos a receber LP	5	832.879	809.683	Empréstimos e Financiamentos LP	10	5.973	6.393
Depósitos Judiciais	15	2.341	-	Debêntures LP	11	576.785	637.773
Aplicações Financeiras	7	7.193	25.410	Garantias e Cauções Passivas	8.2	1.235	22.666
Garantias e Cauções	8.1	47.301	82.223	IRPJ e CSLL diferidos	20.1	78.674	50.624
Créditos Fiscais	20.2	31.877	15.147			662.667	717.456
Bens Destinados à Venda	9	39.435	39.435				
Imobilizado	-	163	176	Patrimônio social	16		
Intangível	-	17	15	Capital social	-	284.280	284.280
		961.206	972.089	Reserva de lucros	-	93.185	71.973
						377.465	356.253
Total do ativo		1.152.942	1.180.207	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.152.942	1.180.207

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações do resultado
Em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30/06/2016	30/06/2015
Receitas	17	103.648	75.879
Custos	18	(76.552)	(48.321)
Lucro bruto		27.096	27.558
Despesas com pessoal		(1.057)	(928)
Despesas administrativas		(1.749)	(1.361)
Despesas tributárias		(187)	(220)
Outras receitas/despesas		(636)	-
		(3.629)	(2.509)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras		23.467	25.049
Receitas Financeiras	19	9.548	9.280
Despesas Financeiras	19	(486)	(669)
Receitas financeiras líquidas		9.062	8.611
Resultado antes dos impostos		32.529	33.660
Imposto de Renda/CSLL	20	16.615	11.200
Provisão Imposto de Renda/CSLL diferidos	20	(27.845)	(22.645)
		(11.230)	(11.445)
Resultado do período		21.299	22.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações do resultado abrangente[†]
Em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado do período	21.299	22.215
Outros resultados	-	-
Resultado abrangente do período	21.299	22.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	RESERVAS DE LUCROS				
	Capital social	Reserva legal	Res. Lucros a Destinar	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2015	281.986	1.571	29.828		313.385
Lucro Líquido do período	-	-	-	22.215	22.215
Transferência Para Reservas	-	-	22.215	(22.215)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(782)	-	(782)
Saldos em 30 de junho de 2015	281.986	1.571	51.261	-	334.818
Saldos em 1° de janeiro de 2016	284.280	3.583	68.390	-	356.253
Lucro Líquido do período	-	-	-	21.299	21.299
Transferência Para Reservas	-	1.065	20.236	(21.299)	2
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(89)	-	(89)
Saldos em 30 de junho de 2016	284.280	4.648	88.537	-	377.465

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	21.299	22.215
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	17	12
Variação monetária líquida	(17.142)	(15.268)
Custo de captação amortizado	429	281
Despesas de juros	6.388	7.312
Provisão de Impostos Diferidos	28.049	22.645
Créditos Fiscais	(16.730)	(11.200)
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(16.359)	(19.451)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(89)	39
	5.862	6.585
Redução (aumento) nos ativos		
Recebimento de créditos	87.646	82.504
Despesas antecipadas	3	(3)
Impostos a recuperar	(1.446)	(1.556)
Outros Ativos Circulantes	3	14
Realizável a Longo Prazo	50.799	(12.779)
	137.005	68.180
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	67	87
Impostos e Obrigações a recolher	(13)	(16)
Obrigações sociais e trabalhistas	(5)	(9)
Provisões trabalhistas	74	92
Garantias contratuais	(21.431)	4.000
Outros Passivos	(206)	1
	(21.514)	4.155
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	121.353	78.920
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	(4)	(77)
Caixa líquido (Aplicado) nas atividades de investimentos	(4)	(77)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamento	(779)	(764)
Amortização de debêntures	(131.198)	(51.891)
Caixa líquido (Aplicados) nas atividades de financiamentos	(131.977)	(52.655)
Redução/aumento no caixa e equivalentes de caixa	(10.628)	26.188
Caixas e equivalentes no início do exercício	61.624	78.541
Caixas e equivalentes no final do exercício	50.996	104.729
Redução/aumento no caixa e equivalentes de caixa	(10.628)	26.188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 21 - "Demonstrações Intermediárias".

Na elaboração dessas demonstrações intermediárias são utilizadas algumas estimativas contábeis críticas e julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Quando exigido um maior nível de julgamento ou maior complexidade, ou quando as estimativas são significativas para as demonstrações intermediárias, estas serão divulgadas em notas explicativas. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações contábeis intermediárias não incluem todas as divulgações que seriam necessárias em um conjunto completo de demonstrações contábeis e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.1. Base de mensuração

As presentes demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos principais ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis intermediárias.

3.1. Regime de competência

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas transações.

3.2. Ajuste a Valor Presente (AVP)

Permite a correção de julgamento acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

No período apresentado, a Companhia não apresentou ajustes significativos em suas demonstrações contábeis intermediárias intermediárias.

3.3. Ajuste a valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros está avaliado pelo montante em que cada instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas, com exceção de uma venda forçada ou liquidação.

3.4. Ajuste a valor recuperável de ativos

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias a Companhia deve avaliar se há indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. Se houver, a Companhia deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente eventuais desvalorizações.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia não apresentou perdas significativas em seus ativos ou conjunto de ativos.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Créditos e/ou títulos a receber

Os créditos e/ou títulos a receber são representados pelas seguintes operações:

a) Créditos COPASA a receber

Correspondem a créditos financeiros perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, inicialmente detidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e que foram utilizados pela mesma para integralização de aumento de capital na PBH Ativos, passando esta a deter os direitos sobre os citados créditos (vide nota 5.1).

b) Direitos creditórios a receber

Correspondem a valores relativos à integralização das debêntures emitidas em 1º de abril de 2014 pela Companhia, as quais foram totalmente subscritas pelo Município de Belo Horizonte, que, através da Lei Municipal nº 10.003 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, foi autorizado a ceder créditos autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários, vencidos e parcelados pelo contribuinte, que se encontram ou não inscritos em dívida ativa do Município (vide nota 5.2).

3.7. Ativo não circulante

Compreende os valores cuja realização acontecerá após 12 (doze) meses da data do balanço patrimonial. Além disso, representa grupos de contas e aplicações financeiras destinadas a cauções e garantias dadas pela PBH Ativos em contratos de Parcerias Público-Privadas do Município de Belo Horizonte.

3.8. Bens destinados à venda e/ou negociações

Correspondem a terrenos adquiridos em abril de 2012, assim como terrenos recebidos em setembro de 2014 e setembro de 2015 através de integralização de capital do Município (vide nota nº 9).

3.9. Ativo imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da Companhia composto por bens móveis está registrado inicialmente pelo custo de aquisição. Não ocorreram até o momento fatores que indiquem que a vida útil, valor residual ou mudança tecnológica desde a data de aquisição que possam levar à necessidade de mudança da estimativa contábil.

Considerando suas características e utilização, a companhia não aferiu valor recuperável dos referidos ativos pelo fato de não haver previsão para baixa de tais ativos ou obtenção de qualquer receita relevante ao final da vida útil.

b) Depreciação

A depreciação é calculada sobre os valores depreciáveis, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado baseando-se no método linear.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do imobilizado da Companhia, para o período findo em 30.06.2016, são os seguintes:

Percentual depreciação	Vida útil (anos)	Taxa de depreciação
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Computadores e Informática	5 anos	20%
		D

3.10. Ativos intangíveis

Compreende os direitos que tenham por objeto bens não corpóreos.

a) Reconhecimento e mensuração

Bens adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Estes ativos estão representados por programas (softwares) não customizados adquiridos pela Companhia.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Depreciação

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual e reconhecida no resultado utilizando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do intangível da Companhia, para o período findo em 30.06.2016, são os seguintes:

Percentual amortização	Vida útil (anos)	Taxa de amortização
Direito de Uso de Software/Licenças	5 anos	20%

3.11. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.12. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio líquido, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 30.06.2016 os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e bancos		-	3
Aplicações financeiras	4.1	50.145	61.599
Numerários em trânsito	4.2	851	22
		50.996	61.624

4.1. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de investimentos no Banco do Brasil.

No início do exercício de 2016 a conta de aplicação na Caixa Econômica Federal na modalidade de CDB, foi reclassificada como não circulante, tendo em vista que o vencimento dessa aplicação é previsto para o ano de 2018.

4.2. Numerários em trânsito

Correspondem a valores reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

5. Créditos a receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a COPASA MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para garantias de PPP e na operação de debêntures, respectivamente.

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que os mesmos, dadas a suas naturezas e origens, não poderão ser negociados no mercado. Os saldos em 30.06.2016 estão assim apresentados:

		30/06/2016	31/12/2015
Copasa MG	5.1	16.792	15.985
Direitos Creditórios a Receber	5.2	117.870	125.871
Circulante		134.662	141.856
Copasa MG	5.1	243.485	239.771
Direitos Creditórios a Receber	5.2	589.394	569.912
Não Circulante		832.879	809.683



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1. Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29/05/2012, com vencimento em dezembro de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

	Saldo em 31/12/2015	Recebimento	Atualização	Transferências	Saldo em 30/06/2016
Circulante	15.985	(8.249)	-	9.056	16.792
Não Circulante	239.771	-	12.770	(9.056)	243.485
Circulante	255.756	(8.249)	12.770	-	260.277

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualização mensal, são classificados conforme demonstrados no quadro abaixo:

**DESDOBRAMENTOS DO SALDO A RECEBER
CRÉDITOS COPASA MG**

Classificação	Saldo
Até 12 meses	16.792
de 12 a 24 meses	16.792
de 24 a 36 meses	16.792
de 36 a 48 meses	16.792
de 48 a 60 meses	16.792
após 60 meses	176.317
TOTAL	260.277

Estes créditos foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias penhoradas em favor da mesma (vide nota nº 8.1.a).

5.2. Direitos creditórios a receber

Referem-se a Direitos de Créditos Autônomos com um fluxo de recebimento até março de 2029. Foram utilizados pelo Município de Belo Horizonte para a subscrição integral de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil em 01/04/2014.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Possuem caráter definitivo e sem assunção de responsabilidade, pelo Cedente, perante a Cessionária, pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro.

Foram cedidos fiduciariamente aos debenturistas da segunda emissão (nota 11.2) em garantia real da operação.

De acordo com as legislações e resoluções fiscais, os Direitos Creditórios a Receber são atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado conforme acima.

Os valores dos Direitos Creditórios a Receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão, 01.04.2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros baseando no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

Nas demonstrações contábeis intermediárias os Direitos Creditórios a Receber estão classificados em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Recebimento	Atualização	Transferências	Saldo em 30/06/2016
Direitos Creditórios a Receber	157.129	(79.397)	-	68.509	146.241
(-) Encargos Financ. a Realizar	(31.258)	16.359	-	(13.472)	(28.371)
Circulante	125.871	(63.038)	-	55.037	117.870
Direitos Creditórios a Receber	654.941	-	74.519	(68.509)	660.951
(-) Encargos Financ. a Realizar	(85.029)	-	-	13.472	(71.557)
Não Circulante	569.912	-	74.519	(55.037)	589.394
Total	695.783	(63.038)	74.519	-	707.264

Tendo em vista as condições da operação, principalmente no que se refere à faculdade da utilização do saldo devedor para quitação do saldo das debêntures subordinadas no vencimento destas, a Companhia entende que não há necessidade de constituir provisão para inadimplência no recebimento destes direitos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos a recuperar

Em 30/06/2016 a Companhia registrou créditos de IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Retido s/ Aplic. Financeiras	1.522	3.306
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	4.550	1.320
	6.072	4.626

7. Aplicações financeiras de longo prazo

Em 06/04/2016 foi realizada pela Companhia amortização parcial das Debêntures de 1ª Emissão, no valor de R\$ 50.891 mil (vide nota nº 11.1), sendo utilizado para pagamento ao Município de Belo Horizonte, o saldo disponível na conta 20.551-6, na aludida data.

Assim, o saldo em 30.06.2016 das Aplicações Financeiras de Longo Prazo correspondem, somente, ao valor das aplicações na Caixa Econômica Federal na modalidade de CDB, com vencimento previsto para 2018, anteriormente classificada como Ativo Circulante.

	30/06/2016	31/12/2015
Aplic. Financeira - BB - CC 20.551-6	-	25.410
Aplic. Financeira CEF 4676-9 - CDB	7.193	-
	7.193	25.410

8. Garantias e caucões

8.1. Garantias e caucões classificadas no ativo Não Circulante

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil. Cada conta de aplicação financeira é destinada a prover uma garantia específica, conforme descrito abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Aplic. Financeira - BB - CC 11206-2	4.309	675
Aplic. Financeira - BB - CC 10815-4	42.479	35.739
Aplic. Financeira - BB - CC 14917-9	-	23.341
Aplic. Financeira - BB - CC 21179-6	502	-
Aplic. Financeira - BB - CC 20626-1	-	22.458
Aplic. Financeira - BB - CC 20543-5	11	10
	47.301	82.223



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Aplicações Financeiras vinculadas às contas nº 11206-2 e nº 10815-4

Destinadas a prover garantia a INOVA na PPP - Parceria Público Privada junto a SMED - Secretaria Municipal de Educação para construção das UMEIS e para construção do Hospital Metropolitano, respectivamente. Todo o fluxo dos créditos COPASA foi dado em garantia das referidas concessões, sendo os limites de R\$ 50 milhões destinado à garantia ao contrato com a INOVA e R\$ 184 milhões destinado à garantia do Hospital Novo Metropolitano.

b) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 14917-9 e nº 21179-6

No primeiro semestre de 2016, em cumprimento às deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de março de 2016 (AGD Rating), a Companhia, juntamente com o agente fiduciário Pentágono S.A. e dos intervenientes anuentes, Secretaria Municipal de Finanças de Belo Horizonte e Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte, realizaram o 3º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO, no qual deliberaram a exclusão, para todos os fins de fato e de direito, das disposições e procedimentos relativos à Conta nº 14917-9 ("Conta de Serviço da Dívida"), destinada, anteriormente, a prover garantia à segunda emissão de debêntures.

Foi, ainda, criada a conta garantia nº 21179-6 (Conta de Adiantamentos) com a finalidade de manter e aplicar o montante equivalente aos recursos advindos dos Direitos de Créditos Autônomos que venham a ser, sob qualquer forma, antecipada pelo Contribuinte, assim como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido, realizado com recursos dessa conta (vide nota nº 11.2).

c) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 20.626-1

Em razão da execução da garantia da contraprestação, em 06/06/2016, no valor de R\$ 22.208.916,50 (vinte dois milhões, duzentos e oito mil, novecentos dezesseis reais e cinquenta centavos), vinculada ao contrato de parceria público-privada do contrato de Concessão Administrativa do Hospital Metropolitano com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

d) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 20.543-5:

Depósitos referentes às garantias e cauções com fornecedores indicados no Passivo Não Circulante, sobre o saldo é acrescido os valores dos rendimentos financeiros do período depositado.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

8.2. Garantias e cauções classificadas no passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores e do saldo residual dos valores providos pelo Município para constituição de garantia de pagamento de contraprestação do contrato de Concessão Administrativa do Hospital Metropolitano, com recursos provenientes da amortização de Debêntures Subordinadas.

Esta dívida com o Município é atualizada de acordo com os rendimentos líquidos da aplicação financeira vinculada à conta corrente nº 20.626-1, que após a execução do valor constante na aludida conta em 06/06/2016 (vide nota 8.1.c), está acrescido de atualização monetária apurada até o fechamento das demonstrações.

Na data de 30.06.2016, o saldo da conta de Garantias e Cauções indicados no Passivo Não Circulante está assim demonstrado:

	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores	10	10
Prefeitura Mun. de Belo Horizonte	1.225	22.656
	1.235	22.666

9. Bens destinados à venda

Referem a terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com à Caixa Econômica Federal (vide nota 10) e de terrenos recebidos em 2014 e 2015 como integralização de capital localizados em diversos bairros do Município de Belo Horizonte.

Em 30 de abril de 2015, a companhia celebrou um TERMO DE PERMUTA DE BENS IMÓVEIS COM CESSÃO DE USO GRATUITA ao Município de Belo Horizonte, dos terrenos adquiridos em 2012, na área onde será edificada a Nova Rodoviária, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil. Considerando que o processo de permuta demandaria tempo compatível com o cronograma da referida obra, foi concedida cessão de uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município, a serem selecionados, que dependerá de trâmites legais e burocráticos.

Os terrenos integralizados em 2014 e 2015, correspondem ao valor de R\$ 29.305 mil, foram reavaliados, sem indicações de perda de valor econômico. Encontra-se em andamento processo de licitação para vendas destes terrenos.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os gastos cartoriais relacionados com as transferências dos terrenos, no importe total de R\$ 120 mil, foram considerados como custo de aquisição.

	30/06/2016	31/12/2015
Terrenos	39.315	39.315
Custo de Aquisição	120	120
	39.435	39.435

10. Empréstimos e financiamentos

Correspondem a financiamentos contratados junto à Caixa Econômica Federal, em abril 2012, para aquisição dos terrenos localizados na área destinada para a construção da nova Rodoviária da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O prazo dos financiamentos é de 120 meses, com o primeiro pagamento em maio de 2012, calculadas no sistema Price, com taxa nominal de 10% (dez por cento) ao ano, corrigidos mensalmente, no dia correspondente ao de suas assinaturas, com base no coeficiente de atualização aplicável ao depósito de poupança com aniversário na mesma data.

Nas demonstrações contábeis intermediárias, os saldos devedores dos contratos estão assim evidenciados:

	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Atualização	Transferências	Saldo em 30/06/2016
Circulante	863	(423)	-	476	916
Não Circulante	6.393	-	56	(476)	5.973
Circulante	7.256	(423)	56	-	6.889

Em 30.06.2016 a classificação do saldo devedor dos financiamentos está assim demonstrada:

DESDOBRAMENTOS DO SALDO DOS FINANCIAMENTOS	
Classificação	Saldo
Até 12 meses	916
de 12 a 24 meses	1.012
de 24 a 36 meses	1.118
de 36 a 48 meses	1.235
de 48 a 60 meses	1.364
após 60 meses	1.244
TOTAL	6.889



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

As movimentações dos valores das Debêntures no primeiro semestre, assim como os saldos devedores em 30 de junho de 2016 estão assim evidenciados:

Descrição da operação	Nota	Saldo em	Transferência	Atualização	Reversão de		Saldo em
		31/12/2015			Juros	Amortização	30/06/2016
Debêntures 1ª Emissão	11.1	58.447	62.603	-	-	(59.050)	62.000
Debêntures 2ª Emissão	11.2	46.953	67.051	-	-	(64.315)	49.689
(-) Custos de captação		(370)	(376)	-	-	429	(317)
Total circulante		105.030	129.278	-	-	(122.936)	111.372
Debêntures 1ª Emissão	11.1	522.708	(62.603)	62.027	-	-	522.132
Debêntures 2ª Emissão	11.2	115.726	(67.051)	8.063	(1.800)	-	54.938
(-) Custos de captação		(661)	376	-	-	-	(285)
Total não circulante		637.773	(129.278)	70.090	(1.800)	-	576.785
TOTAL		742.803	-	70.090	(1.800)	(122.936)	688.157

11.1. Debêntures - 1º Emissão

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1º/04/2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento até 31.03.2023.

Nos termos do item 4.5.3 da Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas, a Companhia poderá, a seu critério, na data de vencimento pagar o saldo devedor mediante a dação em pagamento de parte ou da totalidade do Saldo dos Direitos Creditórios Autônomos.

São atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 62.027 mil a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e realizou amortizações parciais no montante total de R\$ 59.050 mil.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 30.06.2016 o saldo das Debêntures de 1ª (primeira) Emissão corresponde a R\$ 584.132 mil.

11.2. Debêntures - 2º Emissão

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15/04/2014, correspondia a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15/04/2021.

São atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a.

Os saldos contábeis são reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

a) Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão e Nova Classificação Fitch Ratings

Em decorrência ao rebaixamento da classificação de riscos apresentada pela Fitch Ratings em 21.01.2016, os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD Rating") realizada em 28.03.2016 e 22.04.2016, deliberaram a alteração do cronograma de amortização das Debêntures, a fim de alterar os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021, e estabeleceram a inclusão da possibilidade e procedimentos para pagamento antecipado, pela Emissora, para a parcela de amortização das Debêntures de 15 de maio de 2016 ("AGD Pagamento Antecipado").

Deste modo, foi celebrado em 09.05.2016 o 3º (terceiro) Aditamento à Escritura, com o propósito de incluir o Novo Cronograma de Amortização, bem como extinguir a "Conta de Serviço da Dívida" e procedimentos a ela relacionados, assim com constituir a "Conta de Adiantamentos" (vide nota 8.1.b).

Assim, perante as novas características vinculadas ao novo aditamento, a Fitch Ratings, em 25.05.2016, removeu a Observação Negativa e afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-sf (bra)' (AA menos sf (bra)) da segunda emissão de debêntures seniores da Companhia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impacto do Novo Cronograma de Amortização

Diante da alteração do Cronograma de Amortização e o pagamento antecipado para a parcela de 15.05.2016, a Companhia realizou a reversão de R\$ 9.661 mil dos Encargos Financeiros provisionados em seu Passivo, e a reversão no seu resultado da despesa de R\$ 1.800 mil reconhecidas pelo regime de competência sobre o saldo atualizado.

Portanto, os saldos devedores da Debêntures de 2ª Emissão estão assim evidenciados:

DEBÊNTURES 2ª EMISSÃO (em milhares de reais)		Saldo em 31/12/2015	Movimen- tação	Atualização	Reversão Juros 3º Adit. de Contrato	Recebi- mentos	Saldo em 30/06/2016
Circulante	Debêntures 2ª Emissão	61.345	68.940	-	-	(72.148)	58.137
	(-) Encargos Financ. a Incorrer	(14.392)	(1.889)	-	-	7.833	(8.448)
	Total circulante.....	46.953	67.051	-	-	(64.315)	49.689
Não Circulante	Debêntures 2ª Emissão	135.565	(68.940)	8.063	(11.461)	-	63.227
	(-) Encargos Financ. a Incorrer	(19.839)	1.889	-	9.661	-	(8.289)
	Total não circulante.....	115.726	(67.051)	8.063	(1.800)	-	54.938
TOTAL		162.679	-	8.063	(1.800)	(64.315)	104.627

Em 30.06.2016 a classificação do saldo devedor da Debênture de 2ª Emissão está assim demonstrada:

DESDOBRAMENTOS DO SALDO DEVEDOR DEBÊNTURES 2ª EMISSÃO (em milhares de reais)	
Classificação	Saldo
Até 12 meses	49.689
de 12 a 24 meses	20.964
de 24 a 36 meses	17.656
de 36 a 48 meses	12.316
de 48 a 60 meses	4.002
TOTAL	104.627



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Custo de captação

De acordo com o CPC 08, o registro do montante inicial dos recursos captados de terceiros, deve corresponder ao seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão dos passivos financeiros e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os encargos financeiros incorridos na captação totalizam o valor de R\$ 2.000.000 na data de emissão, 15 de abril de 2014, e são reconhecidos mensalmente, de acordo com critério de amortização do título, conforme dispõe o Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão de Debêntures.

Em 30.06.2016 o saldo dos Custos de Captação a amortizar corresponde a R\$ 602 mil.

12. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
IRRF	41	55
PIS/COFINS/CSLL a recolher	4	3
	<u>45</u>	<u>58</u>

13. Salários, remunerações e encargos sociais

A Companhia apresenta obrigações com funcionários e encargos sociais conforme abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Ordenados e Salários	1	-
Rem. Diretoria e Conselheiros Adm e Fiscal	58	59
FGTS a recolher	11	15
INSS a recolher	53	54
	<u>123</u>	<u>128</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro abaixo:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para 13º Salário	51	-
Provisão para Férias	125	121
Encargos s/ Provisão de 13º Salário	18	-
Encargos s/ Provisão de Férias	44	43
	<u>238</u>	<u>164</u>

15. Depósitos Judiciais

A Companhia, através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14/03/2016, contesta a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para o PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, requerendo, destarte, a declaração de inexistência da obrigação tributária.

Em 18.03.2016 foi concedido por meio de liminar o não recolhimento dos valores ao ente federativo, sendo determinado, em contrapartida, a realização dos depósitos dos valores em juízo.

Em 30.06.2016 o saldo atualizado dos depositados judiciais correspondem ao importe de R\$ 2.341 mil. O litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda possível, assim, conforme critérios de reconhecimento do Pronunciamento Técnico Contábil 25, esta provisão não é constituída no passivo da Companhia.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social integralizado em 30/06/2016 é de R\$ 284.280.301, representado por 32.851.182 ações ordinárias.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

16.2. Reservas

a) Reserva legal

Correspondente a 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso II do parágrafo 3º do art. 202 da Lei 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

17. Receitas

Em 30 de junho de 2016 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

	30/06/2016	31/12/2015
Juros	16.359	19.451
Atualização de Créditos	87.289	56.428
	103.648	75.879

17.1. Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide nota 5.2).

17.2. Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (vide nota 5).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

	30/06/2016	31/12/2015
Atualização s/ Debêntures	(70.090)	(41.116)
Juros s/ Debêntures	(6.033)	(6.924)
Amortização de custos de captação	(429)	(281)
	(76.552)	(48.321)

19. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 30 de junho de 2016 está assim demonstrado:

20. Impostos de renda e contribuição social

No primeiro semestre de 2016, a apuração de IRPJ e CSLL sobre o resultado do período é demonstrada a seguir:

	Nota	Imposto de Renda e Contr. Social
Resultado Contábil antes do IR/CS		4.684
Adições		28.275
Provisão IRPJ e CSLL diferidos	(20.1)	27.845
Multa/eng. e despesas não dedutíveis		1
Amortização Custo de Captação	(11.3)	429
Exclusões		(81.863)
Receita Não Realizada	(20.1)	(81.863)
Lucro Real do Período		(48.904)
Compensação de Prejuízo Fiscal		-
Base de Cálculo		(48.904)
IRPJ e Adicional IRPJ		(12.214)
CSLL		(4.401)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.1. Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Receita Não Realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.598 e o artigo 10º da IN nº 21/79, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

Em 30 de junho de 2016 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

IRPJ E CSLL DIFERIDOS	IRPJ E CSLL PROVISIONADO
Saldo em 31/12/2015	50.828
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada Copasa	3.654
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	24.192
TOTAL	78.674

20.2. Crédito fiscal a compensar

Em 30.06.2016 a Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

Créditos fiscais de irpj e cssl sobre Prejuízo Fiscal/Bases Negativas	IRPJ (15%), Adic. IRPJ (10%) E CSLL (9%)
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	96
Compensação Prej. Resultado Exercício 2013	(89)
Saldo Prej. Fiscal Exercício 2012 não compensado	7
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.986
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.269
Prejuízo Fiscal 1º semestre 2016	16.615
TOTAL	31.877

21. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são relativas às Debêntures de 1ª Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário, e integralizadas, por este, mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber), conforme mencionado nas notas explicativas nº 5.2 e 11.1. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que o município está sujeita.



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

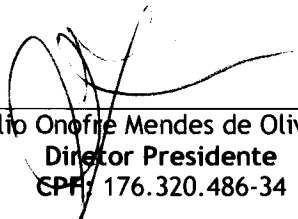
**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

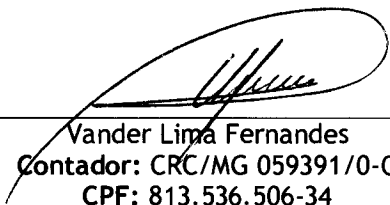
22. Ativos e passivo financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos estão representados:

	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantido até o vencimento	260.277	260.277	255.756	255.756
Créditos a Receber (exceto Direitos Creditórios a Receber)	260.277	260.277	255.756	255.756
Empréstimos e Recebíveis	1.402.912	1.402.912	1.446.873	1.446.873
Direitos Creditórios a Receber	707.264	707.264	695.783	695.783
Empréstimos CEF	6.889	6.889	7.256	7.256
Debêntures 1ª Emissão	584.132	584.132	581.155	581.155
Debêntures 2ª Emissão	104.627	104.627	162.679	162.679

Os créditos recebíveis relativos à projetos específicos vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte, o valor justo é considerado idêntico aos saldos contábeis, principalmente, considerando que foram dados em garantia em operações de emissões de debêntures e de contratos de PPP, que são operações de longo prazo, estando assim impossibilitados de serem negociados no mercado.


Júlio Onofre Mendes de Oliveira
Diretor Presidente
CPF: 176.320.486-34


Vander Lima Fernandes
Contador: CRC/MG 059391/0-0
CPF: 813.536.506-34



PBH Ativos S/A

ASSOCIADOS